



## **INTERPELAÇÃO ESCRITA**

### **Revisão da situação da execução da Lei de prevenção e controlo do ruído ambiental**

Há dias, o Comissariado contra a Corrupção (CCAC) concluiu a investigação de várias queixas relativas ao ruído provocado por obras de construção na zona do lote P da Avenida do Nordeste e divulgou ao público o ponto de situação do acompanhamento das mesmas. O CCAC reconhece que, durante a execução das obras, os moradores da zona foram, em maior ou menor grau, perturbados pelo ruído, mas não se registaram casos de violação da lei, nem houve falta de fiscalização, porque o respectivo projecto envolve principalmente o interesse público, visa satisfazer as necessidades públicas da sociedade e, devido às condições geológicas, só pode ser executado de forma contínua, pelo que a sua execução foi autorizada em horário extraordinário. No passado, houve Deputados que se queixaram da existência de problemas na aplicação da Lei de prevenção e controlo do ruído ambiental, e, segundo a resposta das autoridades competentes, depois de recebidas as denúncias sobre o ruído, iam ser destacados, de imediato, funcionários para se inteirarem da situação e proceder ao respectivo tratamento, nos termos da “Lei do ruído”. As mesmas afirmaram também que, após a entrada em vigor da lei, a mesma tinha produzido certos efeitos, portanto, não havia planos de ajustamento da lei.

Actualmente, está em curso uma série de obras no lote P, incluindo a construção de viadutos e de habitação pública, acreditando-se que essas obras ainda vão demorar algum tempo e prevendo-se também o surgimento de situações semelhantes



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

de ruído. Além disso, na zona A dos Novos Aterros Urbanos também estão a ser realizadas muitas obras de construção e, após a conclusão aí das habitações públicas, essas obras na zona A também vão afectar os moradores da zona. Como não está a ser violada a Lei de prevenção e controlo do ruído ambiental, a perturbação sonora causada pelas obras autorizadas em horário especial não consegue ser eficazmente resolvida.

Assim sendo, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. No futuro, podem as obras públicas recorrer a novas tecnologias para reduzir o ruído, a fim de evitar a repetição de situações semelhantes? Vão ser definidas normas mais rigorosas para as obras autorizadas em horário especial? Quanto a essas obras, vão ser exigidas medidas mais rigorosas para atenuar o ruído produzido?
2. Os casos semelhantes de execução de obras em horário extraordinário aumentaram ou não? Como é que o Governo vai proceder aos respectivos trabalhos de acompanhamento? Com vista a eliminar as preocupações dos moradores vizinhos, vão ser prestados mais esclarecimentos sobre as referidas situações?

3 de Março de 2023

**O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM,**

**Lam Lon Wai**